

Sarney reúne o Ministério quinta-feira

O presidente José Sarney deve reunir todo o Ministério na próxima quinta-feira para discutir as linhas básicas do Orçamento Geral da União, que, em função do aumento das transferências para estados e municípios, não escapará de eliminação de projetos. A informação é do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que considera inevitável um aumento da carga tributária a partir de 89, conjugando revisão de incentivos, subsídios e aumento de impostos.

Na manhã de ontem Batista de Abreu reuniu-se com o presidente Sarney durante quase duas horas para apresentar as linhas básicas das várias alternativas com relação ao Orçamento Geral da União para o próximo ano. Participaram da reunião os ministros Mailson da Nóbrega, Ronaldo Costa Couto, Bayma Dennys e Ivan de Souza Mendes. O ministro do Planejamento também se fez acompanhar dos seus principais assessores: secretário-especial de assuntos econômicos, Raul Veloso; secretário de orçamento de finanças, José Ribas Netto; assessor especial Everardo Maciel, coordenador de macroeconomia, João do Carmo; e secretário-geral Ricardo Santiago.

O processo de negociação política em torno do orçamento para o ano que vem será difícil, como reconhecem os próprios assessores do Ministério do Planejamento, apesar de Mailson ter assegurado que o presidente Sarney demonstrou vontade política para realizar os cortes necessários no orçamento. Estes assessores lembram que será difícil convencer os ministros de cortes significativos, que, no total, alcançam a marca de Cz\$ 1 trilhão.

Batista reconhece que a perda de receita líquida da União, avallada em 17 por cento já em 89, acarretará reformulações em órgãos da administração pública e estas medidas têm reflexos políticos que precisam ser analisados pelo presidente Sarney. Entre as várias alternativas levadas ao Presidente, está a recuperação da perda de 5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) da receita líquida da União (arrecadação menos transferências). Para isto, tanto a Fazenda como o Planejamento defendem ao menos a eliminação dos incentivos do Fundo de Recuperação do Estado do Espírito Santo, Fundo de Investimento Setorial — florestamento e reflorestamento, pequenas mudanças na cédula G (declaração de rendimentos de produtores rurais) e dedução do Imposto de Renda da contribuição do PIS. Sobre a extinção destes incentivos renderiam uma receita adicional de Cz\$ 200 bilhões.

CORREIO BRAZILENSE

Na pauta da reunião consta ainda uma avaliação do Plano de Ajuste e Modernização da Economia e do quadro emergente de acordo com os credores externos, em fase final de negociação, que já fechou com os bancos estrangeiros 93 por cento do valor do empréstimo acertado.

O tema referente ao acordo externo da dívida certamente absorverá grande parte da reunião, pois afasta um elemento complicador no quadro econômico.